



**Onde está Maria Beatriz Nascimento  
na história da Educação?: algumas reflexões  
sobre apagamentos e direito à memória**

*Where is Maria Beatriz Nascimento in the history of  
Education?: some reflections on nullification and the right to  
memory*

ROSINEIDE FREITAS <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutoranda do Proped-  
UERJ, e-mail: [rosineide.freitas@uerj.br](mailto:rosineide.freitas@uerj.br)  
Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 3, n. 2, p. 31-52,  
Mai./Ago. 2021



## Resumo

*Este trabalho tem por objetivo contribuir com as reflexões sobre a importância de intelectuais negras para as pesquisas em História da Educação, a partir da trajetória de Maria Beatriz Nascimento, historiadora e intelectual negra do tempo presente. Pela grandiosidade, importância histórica dos arquivos pessoais e produções desta autora, entende-se como emergente que estudos e pesquisas em história da educação dediquem-se à análise contextualizada destas fontes, bem como das suas contribuições intelectuais.*

**Palavras-chave:** intelectuais negras. História da Educação.

## Abstract

*This lecture aims to contribute to reflections on the importance of black intellectuals for research in the History of Education, based on the trajectory of Maria Beatriz Nascimento, historian and black intellectual of the present time. Due to the grandeur and historical importance of this author's personal archives and productions, it is assumed as emerging that studies and research in the history of education are dedicated to contextualized analysis of these sources, as well as their intellectual contributions.*

**Keywords:** black intellectual. History of Education.

## Resumen

*Este artículo tiene como objetivo contribuir con reflexiones acerca de la importancia de las intelectuales negras para la investigación en la Historia de la Educación, a partir de la trayectoria de Maria Beatriz Nascimento, historiadora e intelectual negra del tiempo presente. Por la grandiosidad, importancia histórica de los archivos personales y producciones de esta autora, se comprende que ahora se inicien estudios e investigaciones sobre la historia de la educación, y que se dedican al análisis contextualizado de estas fuentes.*

**Palabras clave:** intelectuales negros. Historia de la Educación.

## Introdução

Este artigo insere-se no movimento de resgate da trajetória e produção de personalidades negras importantes para a historiografia brasileira a partir da biografia da intelectual de Maria Beatriz Nascimento. O Brasil instituiu-se como um país com

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

uma história recente de democracia. Aqui se fazem presentes marcadores de extrema exclusão social de negras e negros, fruto incontestável do racismo que estrutura as relações sociais, da lógica cis-hetero-patriarcal que determina as relações de gênero, sob uma conjuntura de avanço de uma agenda conservadora que tem como referência político-ideológica a mancha da ditadura civil-militar (vvida entre os anos de 1964-1985). Pondo-se enquanto inimiga à frágil democracia brasileira, estes e todos demais itens supracitados tornam imperativo o resgate histórico da trajetória de uma intelectual negra de tamanha expressividade.

Assim, busca-se contribuir com o direito à memória às mulheres negras e às suas produções intelectuais, entendendo a memória como movimento de lembrar-se de algo e/ou de quem, de ida ao passado. Este conceito, imerso em usos (impedido, manipulado, comandado), pode ser concebido segundo o que Paul Ricoeur (2007) chama de *fenômeno ideológico*. Se somar aos trabalhos que ressaltam a importância histórica, política e ideológica das contribuições de intelectuais negras e das suas biografias, passa-se a questionar a legitimação da ordem e do poder, com vistas a dar sentido e significado destas memórias ao tempo presente.

Abdias Nascimento (2019), importante intelectual negro, reconhecido internacionalmente, autor de “O Quilombismo”, importante tratado de enfrentamento estrutural ao racismo colonial, cita a produção de Beatriz Nascimento como importante contribuição à historiografia brasileira sobre a população negra diaspórica. Grosfoguel (2008) ao pensar o processo de descolonização dos estudos sobre economia política sinaliza que a prática social se faz em meio à política do esquecimento, com o intuito de aniquilar a possibilidade de memória para as novas gerações sobre a produção de autoras negras e autores negros. Na tese de Batista (2016) sobre a trajetória intelectual de Beatriz Nascimento é flagrante, ao longo do

texto, a ideia mesmo de denúncia sobre como a historiadora ainda é vítima deste apagamento programado.

A partir da trajetória de vida e obra de uma autora intelectual negra, da monta de Maria Beatriz Nascimento, historiadora rigorosa nas pesquisas empreendidas, multifacetada nas formulações e produções, pretende-se contribuir com reflexões sobre a importância de intelectuais negras para as pesquisas em História da Educação. Mas, antes de qualquer qualificação acadêmica, ao tratar de uma mulher negra num país de herança escravocrata colonial, faz-se necessário revisitar a construção da ideia de raça e, por conseguinte, racismo, a partir de autores que se debruçaram a entendê-la de forma mundializada, relacional e politicamente posicionada.

Na esteira da construção da ideia de raça, o racismo apresenta-se como um sistema de garantia de inclusões e exclusões, mas que ganha projeção e significação. As reflexões sobre o colonialismo e colonialidade, esta última enquanto faceta do processo de submissão de povos, culturas, economias, religiões e pessoas, ganham relevância neste destaque teórico. A construção da mulher negra enquanto ser intelectual, produtora de saberes referenciados, de autodeterminação, embora historicamente preterida enquanto tal pela comunidade acadêmica, é um debate que deve ser trazido à tona. A/o negra/o na historiografia brasileira torna-se ponto de reflexão na medida em que Beatriz Nascimento, ainda nos tempos atuais, não é tida como referência em muitos cursos e currículos da área.

### *Colonialidade, raça, e racismo.*

O colonialista finca bases sobre uma das características ocidentais que Carlos Moore (2007) chama atenção ao citar a obra “Por que o ocidente venceu: Massacre e Cultura, da Grécia Antiga ao Vietnã”, de David Hanson (2002)

(...) o historiador destaca a eficácia na tecnologia de matar como o principal fator que permitiu que as sociedades ocidentais vencessem e dominassem todos os outros povos do planeta, e não somente na África. Esse estudo, que analisa o aperfeiçoamento das técnicas de carnificina desenvolvidas pelas sociedades ocidentais, desde o período greco-romano

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

até o século XX, não deixa dúvidas quanto à possibilidade de se erigir economias hegemônicas sobre a base da eficiência e a supremacia militar. (p. 116).

Foi o colonialismo que marcou definitivamente a ideia de raça, numa dinâmica antagônica entre a raça branca e a raça negra, entre seres de luz civilizados e seres das trevas animalizados, tendo como prática a brutalidade, o arbítrio e a morte (FANON, 2008; MBEMBE, 2018). A distinção racial também se configurou como “uma das tecnologias do colonialismo europeu” (ALMEIDA, 2018, p. 22) para a aniquilação de povos nas terras “conquistadas”, a exemplo: Américas e África.

Assim, a lógica da guerra e da dominação supremacista conduziu o processo colonialista, estabelecendo monopólio político-econômico nas colônias, mas também mundializou a ideia de colonialidade que

(...) a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. (TORRES, 2007 apud OLIVEIRA; CAUDAU, 2010: 18).

A construção ideológica da colonialidade, que estabelece a lógica de nações e povos civilizados versus primitivos, vencedores e vencidos, superiores e inferiores, está calcado na expressão fenotípica deste povos. Frantz Fanon (2008) ao debruçar-se sobre o pretense complexo de dependência do colonizado, localiza o problema da colonização como aquele que comporta “não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante destas condições” (p. 84).

A dominação colonial se deu sobre os territórios, economias, riquezas, culturas e subjetividades. O processo de escravização de povos-negros africanos determinou a abrangência do processo civilizador europeu e pode ser caracterizado como “o

maior de todos os escândalos, aquele que ultrapassou qualquer outra da história da humanidade”, como defende Abdias Nascimento (2016, p.57) ao se apropriar da fala de um etnólogo que afirmava que o caminho do progresso é marcado por aventuras, rupturas e escândalos. No Brasil, a escravidão conforma sua história, foram quase 4 milhões de africanas e africanos que cruzaram o Atlântico e aportaram aqui na condição de escravizadas e escravizados (NASCIMENTO, 2016).

Trata-se da construção ocidental dual entre o branco e o que se convencionou de negro. Ou seja, a construção do que é ser negra(o) se faz na oposição ou, na negação do que não se quer ser para a pessoa branca. Achile Mbeme (2018) nos chama a atenção para esta relação circunscrita na construção da raça, pois

Visto em profundidade, a raça ademais é um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura de neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total (p. 27).

Assim, a ideia de raça estabelece subjetividades calcadas nas oposições: bom/mau; belo/feio; puro/pervertido. Frantz Fanon (2008) ao analisar com profundidade a construção do que é ser negro na colonialidade, a partir da reflexão sobre o povo antilhano e sua relação com a Europa Francesa, reflete sobre a construção perversa da ideia de raça, da obscuridade à clara esperança.

Numa dimensão subjetiva e psíquica, raça expressa o estatuto do Ser e do Outro, daquele que representa a humanidade e daquele que materializa o que está de fora, que deve ser combatido. Grada Kilomba (2019) ao mergulhar nas análises sobre o racismo cotidiano relatados em profundidade por duas mulheres da Diáspora Africana, caracterizada, em diferentes dimensões da vida, como a construção do a(o) outra(o) se faz. Desde a negação da própria natureza (expressão pelos cabelos crespos, historicamente alisados para se aproximar ao ideal branco), do lugar esperado para ser ocupado (a que limpa, a que serve), à negação da fala e capacidade de produção de conhecimento a ser considerado.

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

O racismo, então, se apresenta como a tecnologia cristalizada nas relações sociais, fundada na ideia ontológica supremacista de raças. Uma concepção estrutural do racismo configura-se como um avanço da leitura da realidade e interpretação da história, relativa aos estudos das relações raciais, na medida em que não considera exclusiva a ação individual e/ou um imperativo institucional, o tipo de poder de um grupo sobre o outro e de um grupo sobre as instituições, ou de uma ordem social sobre as instituições.

Sendo estrutural, o racismo expressa-se na vida em sociedade nas suas diferentes dimensões e alça a pessoa negra à exclusão igualmente estrutural. São estas mesmas pessoas as que, ainda hoje, figuram na divisão social do trabalho nos postos mais precarizados, sendo também a maioria nos territórios periféricos das grandes cidades brasileiras. Como sinalizou Beatriz Nascimento, em diferentes momentos da sua produção intelectual,

“ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência a dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesma” (2018, p.52).

### *A condição da Mulher Negra*

Nos anos de 1851, em Akoron, Ohio, na convenção de mulheres, em meio a efervescência do movimento sufragista norte-americano, Sojourner Truth discursou com precisão e lucidez sobre a situação da mulher negra

“Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mi! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento

de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851, apud DAVIS, 2016).

Este discurso e, em especial, a frase “não sou eu uma mulher?” questionam a universalização da condição de ser mulher na medida em que, para as mulheres negras, a ideia de fragilidade, de cuidado, de ser aquela que o sexo oposto deve garantir o provimento, o sustento, não se aplica de fato. Como nos chama atenção Nascimento (2018)

(...) contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com o papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo papel ativo. Antes de mais nada, com escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. (...), [a condição de] mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão de obra interno. (...), a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (p. 81).

Assim, mulheres negras foram forçadas, na colonialidade racista, a serem produtoras, como geradora de mais capital humano, quer seja de mão de obra para o trabalho no campo, no trabalho doméstico, quer seja para a satisfação sexual dos senhores de terras e seus filhos. E dentro da sua comunidade, ela ainda é vista igualmente como produtora, no cuidado com a alimentação, no cuidado dos filhos e no cuidado dos homens, seguindo a lógica cis-hetero-patriarcal, a qual também conformou tanto o homem branco, quanto o homem negro escravizado. Ainda é atual a constatação, nos idos da década de 1970, que as mulheres negras são, em sua maioria, recrutadas para os serviços domésticos, colocações que exigem menor grau de instrução que à indústria nas áreas urbanas, e performance trabalhado do campo nas áreas rurais. (Idem, p. 82).

Lélia Gonzalez (2018) na década de 1980, em meio a efervescência do Movimento Negro, nos convida a pensar a condição da mulher negra na sociedade brasileira a partir de três personificações: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Para Gonzales, estas condições sintetizam o que se espera dela. A mulata representa a hipersexualização do corpo da mulher negra que performa a beleza branca, seja das



Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

formas longilíneas, seja nos traços finos. No outro polo, essa performance alça a mulher negra ao lugar do desejo, mesmo que seja efêmero e passageiro, articulando consigo a vontade, por parte da mulher negra, do status “é nos desfiles das escolas [de samba] do primeiro grupo que a vemos na sua máxima exaltação. (...) e se transfigura na Cinderela do Asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes” (Idem, p. 196).

Este desejo, por parte do homem branco, se localiza na mesma condição das mucamas do período escravocrata. Na casa grande, estas cozinhavam, limpavam, cuidavam, acompanhavam a senhora branca e satisfaziam os desejos sexuais do homem escravizador, a ponto de poder estabelecer com ele uma relação de concubinato.

Esta figura serviu duplamente para a caracterização da mulata, mas também da Doméstica, que apenas cuida, resiliente, passiva, amável, a que está no lado “(...) oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é neste cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas” (p. 199). Por fim a Mãe Preta, a ama de leite, nos alça ao lugar do cuidado incondicional, da abnegação, do zelo, todos direcionados à pessoa branca, ainda que haja também a algum nível de humanização. Gonzales (2018) chama a atenção para esta figura que não é exclusivamente o reflexo da bondade pura, como imaginam os brancos, nem tão pouco a entreguista que podem imaginar os negros. Ela performa a mãe, com todas suas contradições. A condição herdada desta configuração é a “(...) imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternas, justificando sua subordinação e exploração econômica” (KILOMBA, 2019, p. 142).

A figura da Escrava Anastásia, difundida mundo a fora, uma imagem penetrante que retrata o rosto de uma mulher negra com a boca amordaçada,

dissemina a condição do negro e, em particular, da mulher negra: a rebelde, a escravizada, a que não deve ter voz. A boca, órgão que nos coloca no mundo com autoria, que expressa a fala, a anunciação, torna-se o centro da opressão na lógica escravocrata racista, na medida em que “(...) representando o que as(os) brancas(os) querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado” (KILOMBA, 2019: 33/4). A máscara impedindo a sujeita negra de falar a verdade sobre a colonialidade, sobre a história sanguinária produzida por brancas(os), sobre sua própria história, impedida da denúncia sobre as diversas violências e violações sofridas e do anúncio para a sua própria autodeterminação.

A condição de ser da mulher negra, historicamente associada à função social de uso, como produtora de mão de obra e negada à sua capacidade discursiva, de anunciação, de humanidade, alçou-as à invisibilidade. Especialmente para as que ousaram produzir reflexões sobre o mundo, sobre sua própria vida, sobre a colonialidade e o quanto mais for possível, à intelectualidade.

bell hooks (1995) no artigo “Intelectuais Negras” nos convida à reflexão sobre a construção da intelectualidade comprometida com as mudanças sociais radicais e as questões postas para as mulheres negras, para esta possibilidade e ser no mundo. Uma das primeiras condições apresentadas pela autora está no campo da vida objetiva, na medida em que o trabalho (seja do cuidado, seja a subsistência) ocupa parte significativa da vida das mulheres negras que, “(...) segue um padrão estabelecido nos primeiros dias da escravidão” (p. 464). Segundo a relação anti-intelectual estabelecida exatamente por esta condição escravocrata colonialista nas comunidades negras, especialmente as mais empobrecidas.

No campo das imagens construídas relativas à figura da intelectualidade, o supremacismo branco tira de partida a possibilidade de mulheres negras serem vistas e/ou reconhecidas pela sua produção, tornando “(...) o domínio da intelectual um lugar interdito” (Idem, p. 468). Como denuncia Andrade (2018)

Poucos eram os docentes, até uma década atrás, que discutiam a produção intelectual negra ou incluíam, nas ementas escolares, acontecimentos

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

históricos protagonizados por africanos escravizados no Brasil, a exemplo da Rebelião dos Malês.” (p. 78).

Patrícia Hill Collins (2016), ao apresentar as reflexões sobre o pensamento feminista negro norte-americano no campo da sociologia, destaca o conceito de *outsider within*<sup>2</sup>, para caracterizar o lugar das mulheres negras na produção intelectual

Esse status *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2016, p. 100).

Nesta construção, das “estrangeiras de dentro”, a colonialidade impõe um hegemonismo tanto sobre o reconhecimento e pertencimento aos grupos intelectuais da área, quanto dos conceitos, objetos de estudo e correlações com a realidade, o que Collins (2016) apresenta como elementos paradigmáticos. Assim são reconhecidos como participantes aqueles que comungam visão de mundo, adquiridas por uma trajetória escolar e profissional aproximadas, estando cada vez mais próximas na medida em que têm a mesma origem e classe social, têm o mesmo gênero e raça, são os considerados *insiders* (os de dentro) (COLLINS, 2016).

Então, mesmo que mulheres negras expressem a mesma visão e mundo, dominem todos os códigos simbólicos e consigam se inserir nos mesmo espaços, ainda assim não serão consideradas como *insiders*, uma vez que não foram socializadas nos mesmo espaços, suas ancestralidades foram as colonizadas e o seu fenótipo, expressão o lugar da submissão, da anti-intelectualidade.

---

<sup>2</sup> A tradutora da versão em português destaca que esta expressão não encontra na língua portuguesa uma correspondente exata, assim apresenta como possibilidade de tradução: “forasteiras de dentro”, ou “estrangeiras de dentro”.

Na contramão desta constatação, o feminismo negro construiu as bases para que mulheres negras alcançassem o status de intelectuais deste campo, a partir da genialidade de provocar reflexões antes invisíveis, com os referenciais que exatamente as colocavam fora deste campo

(...) onde sociólogos tradicionais veem a sociologia como “normal” e definem o seu papel como sendo o de aprofundar o conhecimento sobre um mundo normal com suposições avaliadas como certas, as outsiders within podem naturalmente enxergar as anomalias (Idem, p. 119).

Tendo a normalidade construída tanto a partir da colonialidade e do racismo estruturante e estrutural, como às lógicas eurocentrada e/ou norte-americana referenciada, entendem-se como as anomalias identificadas por mulheres negras afetam as questões interseccionais de gênero, raça e classe.

Por fim, Collins (2016) destaca três temas chaves do pensamento feminista negro, fruto deste processo de mulheres negras outsiders within, que foram para além das interpretações da realidade a partir das produções insiders do campo da sociologia, a saber: (a) a autodefinição e a autoavaliação, que dizem respeito ao processo de validação do conhecimento produzido feito por e para mulheres negras, a partir de um pensamento relacional, sensível, holístico da realidade vivida e autoavaliação como sendo a produção por e para mulheres negras da sua imagem, fugindo dos estereótipos históricos.

Segundo, (b) a natureza interligada da opressão: diz indissociabilidade entre as opressões de raça, gênero e classe para na vida das mulheres negras, o que causou grandes embates dentro do campo feminista. E por fim: (c) a importância da cultura, que buscou caracterizar modos de viver, se relacionar, uma economia política própria, construído pelas mulheres negras em irmandade e cumplicidade. São as mulheres negras, imersas nas reflexões e na produção de conhecimento sobre a vida das próprias mulheres negras que foram e serão as responsáveis por construir caminhos para a superação das desigualdades, violências e violações consequências do racismo, que conforma as relações sociais e de classe, a lógica cis-hetero-patriarcal.

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

### *A/o negra/o na historiografia Brasileira.*

Relativamente sobre a historiografia destinada a apresentar a História da Educação Brasileira, cabe reflexões sobre o lugar de negras(os) neste campo da produção de conhecimento, ou seja, qual a trajetória e inserção de afro-brasileiras(os) na dinâmica nacional da educação formal e como isso foi, ou não registrado,

Isso pode ser constatado a partir da forma como a história da educação tratou a relação entre os negros e a escola, que, em geral, é concebida como um espaço onde a presença deles é considerada praticamente nula, ou algo esporádico e casual (FONSECA, 2007, p. 15).

De pronto, é possível afiançar os primeiros estudos que se atentaram a sistematizar a história da educação do Brasil (Brasil Colônia e Brasil Império), em especial no período imperial, apresentam poucos registros e, quando, simples enumerações (existência e presença de negras/os, pessoas de cor, africanos, mestiços nas escolas das províncias...), que desconsiderava as múltiplas realidades forjadas pela população negra e mestiça. Assim cabe “(...) dizer que esse padrão de tratamento se encontra na origem do movimento de constituição da história da educação e foi sendo realimentado dentro dos processos de transformação que a reconfiguraram” (FONSECA, 2007, p. 156).

Estes apagamentos nos conduziram até bem pouco tempo, ao desconhecimento das resistências, estratégias e tensionamentos que a presença da(o) negra(o) na educação formal provocou, na medida em que ainda sob a legislação escravagista, a liberdade foi conquistada. Abdias Nascimento (2019) ao denunciar o “(...) extermínio coletivo sem derramamento ostensivo de sangue, muito conveniente ao sistema dirigente e às classes dominantes” (p. 222), apresentou a porcentagem de negras(os) escravizadas(os) no país da segunda metade do século XIX (1850). Um ano antes da abolição legal da escravatura (1887), tal população oscilou de 31% da

população do país de pessoas escravizadas, para 5%<sup>3</sup> (p. 223), representando extermínio na medida em que as(os) libertas(os) estariam entregues à própria sorte. Na continuidade da tese, o autor apresenta números das seis principais províncias<sup>4</sup> do império relativamente a vida negra no ano de 1882: trabalhadoras(es) livres: 1.433.170; trabalhadoras(es) escravizadas(os): 656.540; desocupadas/os (desempregadas/os): 2.822.583<sup>5</sup>. É flagrante a constatação de que havia mais libertas(os) no século XIX do que pessoas escravizadas, representando aproximadamente 46% do total das(os) trabalhadoras(es) à época.

Ao tratar da situação da população negra do Brasil, Lélia Gonzalez (2018), em texto escrito na década de 1980, afirma que “desde a independência aos dias atuais, todo um pensamento e uma prática político-social preocupados com a chamada questão nacional, têm procurado excluir a população negra de seus projetos de construção da nação brasileira” (p. 266). Esta afirmação mantém-se atual, em alguma medida. Trazer estes dados à luz deste trabalho contribui para a leitura dos pagamentos, ao longo da história, da resistência negra, contrariando a apresentação unilateral e passiva do papel de apenas escravizada(o), registrado pela historiografia tradicional (FONSECA, 2007; NASCIMENTO, 2018; ABDIAS, 2016; PINN, 2019).

A luta pelo acesso à educação sempre esteve na centralidade para a população negra, desde sua condição de escravizada(o) (SILVA, 2018). A partir das autobiografias, escritas de si, pesquisas documentais, foi possível demonstrar “(...) os esforços dos próprios sujeitos, escravizados e libertos, na luta pela educação (...)” (p. 3), na busca por liberdade, emancipação, tanto individuais, quanto para a coletividade.

Em estudo sobre a importância das autobiografias de escravizadas(os) para a história da educação, Silva (2016) demonstra o avanço do campo neste sentido de considerarem não apenas a importância temática, mas as fontes, principalmente, na

---

<sup>3</sup> Estes dados foram referenciados por Abdias Nascimento do Livro Clóvis Moura: *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*. (MOURA, 1972: 54, apud, NASCIMENTO, 2019).

<sup>4</sup> São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Bahia; Pernambuco; Ceará.

<sup>5</sup> Estes dados foram extraídos do livro de Caio Prado Junior *A Revolução Brasileira* (PRADO, 1966: 128, apud, NASCIMENTO, 2019).

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

virada do século XXI, ainda que os estudos e pesquisas que recorram a estas fontes sejam considerados aquém a sua potencialidade (VIANA; NETO; GOMES, 2019). Passando a integrar as pesquisas que desvelaram, para a história da educação, como negras(os) escravizadas(os) e libertas(os) estabeleciam uma relação revolucionária com o acesso à educação e a sua inserção à cultura letrada, tendo a como instrumento de luta abolicionista e de humanização

O conhecimento de trajetórias de ex-escravos é necessário no Brasil, país em que a memória é um direito negado à maior parte de sua população afrodescendente. Conhecer outras histórias e outras experiências é uma forma de olharmos para dentro e de interrogarmos o processo de silenciamento e de negação da nossa própria constituição e identidade.” (p. 127).

Importante salientar que este movimento pelo acesso à educação como prática de liberdade para a população (hooks, 2017), atravessou séculos e marca a trajetória negra brasileira. Neto (2020), ao estudar o movimento que culminou na Carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes para Rui Barbosa (1889), com reivindicação por educação para as crianças negras livres destaca que “era necessário lutar pela escolarização da mesma maneira com que se lutou pela liberdade. Sem educação, o projeto não estaria completo, pois limitava novamente a participação dos negros na sociedade, que, embora não contasse mais com a figura do Imperador e da sua nobreza, contava com ramificações (...)” (p. 172).

O Movimento Negro e as(os) negras(os) em movimento ao longo da história imprimiram importantes contribuições e avanços para se construir propostas efetivamente progressistas, contra hegemônicas, antirracistas, decoloniais. Inscritos na dinâmica dos movimentos sociais, importante destacar que

(...) muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado pelos movimentos sociais (GOMES, 2017, p. 22).

Negras(os)/ao longo da constituição do Brasil, enquanto nação, estiveram presentes de forma ativa, positiva e revolucionária na consecução de projetos e estratégias transformadores da realidade.

### *Maria Beatriz Nascimento.*

Mulher negra nascida em Sergipe, na década de 1940, filha da classe trabalhadora. Mantendo o destino de muitas famílias nordestinas, de buscar melhores condições de vida para criar suas(seus) filhas(os), aos oito anos de idade, Beatriz Nascimento aporta da Cidade do Rio de Janeiro. Caçula entre nove irmãos, diferentemente dos destes, desde cedo, tal como narra em texto dos anos 1980 (apud, NASCIMENTO, 2018), teve a infância marcada pelas garras da encruzilhada constituída pelo racismo e sexismo, que condena a natureza da negritude que se expressam pelos cabelos crespos curtos.

Morando na periferia da antiga capital, foi possível reviver a dinâmica tradicional de plantar a subsistência, que garante a soberania alimentar em tempos de poucos recursos. A autora, por muitas vezes, em texto e entrevistas, falou destas lembranças, destacando o quintal grande, as árvores frutíferas, as verduras, os legumes populares (maxixe, jiló), o plantio da cana e o araquá, da sua terra natal, com toda sua ancestralidade. O plantio também rendia recursos financeiros, a partir da vizinhança. Lembranças que, sempre que revisitadas, aproximam quem as têm das suas raízes, estão distantes delas ou não.

Num salto histórico, apresenta-se Beatriz estudante, na década de 1960 iniciou sua graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluindo aos 29 anos. Foi nesta formação inicial o início dos estudos sobre os quilombos, fazendo estágio no Arquivo Nacional. Concluiu em 1981 o *lato sensu* em História do Brasil, pela Universidade Federal Fluminense. Já com uma pesquisa estruturada e embasada sobre os quilombos, como espaços alternativos de sociabilidade e liberdade em meio a vigência do sistema escravagista, tal investimento

Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 3, n. 2, p. 31-50, Mai./Ago. 2021



Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

nestes estudos que lhe renderam convite para visitar o continente africano com vistas a estreitar os laços culturais e geopolíticos entre Africanas(os) e a diáspora. Visitou Angola, em 1979, e Senegal, em 1980, época em que as viagens internacionais de militantes e intelectuais não eram frequentes.

Sua vida profissional foi marcada pela pesquisa. Em 1970, trabalhou como pesquisadora no Arquivo Nacional e na Fundação Getúlio Vargas. Em 1984, ingressou no funcionalismo público estadual como professora de história. Entre os anos de 1970 e 80, participou de simpósios, seminários, nos quais proferiu palestras, viajou pelo Brasil. Publicou artigos em revistas, já se anunciando como pesquisadora negra, sinalizando seu vínculo com o seu “objeto de estudo”, numa dinâmica de questionar o distanciamento acadêmico das questões do cotidiano e de olhar para a história de negras e negros apenas como aquelas e aqueles escravizadas(os). Foi uma das fundadoras do Grupo de Trabalho André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense, do qual ela se tornou orientadora, tendo como um dos objetivos contribuir com a ampliação da participação de negras(os) na universidade, nos conteúdos relativos às relações raciais no Brasil.

Participou como conferencista da Quinzena do Negro, realizada em outubro de 1977, na Universidade de São Paulo, já em processo de reconhecimento público sobre seus estudos em questão étnico-racial, em especial dos quilombos. Depois de 10 anos sem vinculação direta com a universidade, ingressa no programa de mestrado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas não pode concluir o curso. Antes disso teve a vida ceifada, um típico caso de feminicídio quando defendia uma amiga, em 1995.

Um dos seus principais legados foi o documentário “Ori”, de 1989, dirigido por Raquel Gerber, autora, redatora e narradora. A produção audiovisual eterniza

importantes momentos do Movimento Negro das décadas de 1970 e 80, com o objetivo de compreender aspectos da história negra, como apresentou em entrevista datada de 1992: “Trata-se de filme fundamentado em minha trajetória de vida, enquanto mulher, enquanto negra e especializada em História do Brasil, assim como minha inserção no movimento político de afirmação da negritude.” (Idem, p. 27). Considerado por muitos como uma obra prima, “Orí”, traz registros da viagem ao continente Africano, encontros e plenárias do Movimento Negro e do IV Congresso de Cultura Negra das Américas presidido por Abdias Nascimento.

Dos 305 conjuntos de documentos privados sob os cuidados do Arquivo Nacional, apenas 26 são de mulheres, sendo um destes o de Maria Beatriz Nascimento. Em 2016, foi realizado um concurso para dar nome à Biblioteca do Arquivo. Por votação popular, o nome de Beatriz Nascimento foi escolhido com 85% dos votos. Há três anos, quando da realização do I Semana Nacional de Arquivos, a historiadora foi homenageada, contando com a participação de parentes e de ativistas do movimento negro. O Fundo Maria Beatriz Nascimento foi formalizado pela doação da filha, Betânia Nascimento Freitas, em março de 2000, com documentos datados de 1961 a 1996. Conta atualmente com 27 caixas, com 4 pastas em média, e mais 16 caixas, com livros e periódicos, que estão em acervo na Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. As caixas do fundo contam com correspondências, roteiros de filme, projetos e relatórios de pesquisa, publicações, estudos, fotografias sobre quilombos e a presença do negro na sociedade brasileira, discos e fitas em VHS.

A ideia de continuidade da coletividade e organização social dos quilombos nas favelas e periferias da atualidade, a condição das mulheres negras como produtoras para o sistema capitalista, estando na base das explorações. E as reflexões profundas sobre o lugar e papel de negras e negros na constituição da sociedade brasileira e na diáspora foram algumas das importantes contribuições intelectuais de Maria Beatriz Nascimento.

## **Considerações finais**

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

A autora que dá nome ao título deste artigo pode ser considerada uma “forasteira de dentro”, tanto pelos impactos da colonialidade, quanto pela sua capacidade de sistematizar reflexões profundas a partir da experiência de ser negra, da pesquisa histórica sobre quilombos e do movimento empreendido de busca das raízes afro-brasileiras em África. Exatamente por ser *outsider within* sofre os impactos dos apagamentos empreendidos por uma produção acadêmica ainda eurocentrada. Sendo a História da Educação uma área de potencial *locus* de reconstrução do presente a partir do olhar atendo do passado deve, para tal, se debruçar sobre memórias, trajetórias, momentos, produções intelectuais de negras e negros que marcaram seus nomes na contemporaneidade.

Maria Beatriz Nascimento, uma intelectual negra transatlântica, foi incansável na reconstrução da história da(o) negra(o) no Brasil, desde as experiências quilombolas à reconexão com a cultura Africana. Configura-se como uma importante intelectual do nosso tempo, quer seja para a produção acadêmica no campo da historiografia, quer seja para a luta antirracista. Desta forma tê-la como uma das referências para estudos em da História da Educação, especialmente para se pensar o lugar de negras e negros neste campo de pesquisa é premente, na medida em que contribuirá sobremaneira para a constituição de um olhar não eurocentrado, cada vez mais próximo das múltiplas experiências invisibilidades e marginalizadas, tais como *A história que a história não conta*.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Esta expressão faz parte da letra do Samba Enredo vencedor do desfile das Escolas de Samba do Grupo Especial do Carnaval de 2019 do Rio de Janeiro, mundialmente conhecido e reconhecido. O samba de título “História Pra Ninar Gente Grande”, fez história ao contar em verso, prosa e arte, a luta de negras(os) e povos originários, trazendo uma bela homenagem à Vereadora Marielle Franco, executada em março de 2016 numa emboscada que, até a finalização deste artigo, segue sem respostas sobre seu ou seus mandantes e sobre a motivação do crime. Vide a letra completa em: <https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>  
Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 3, n. 2, p. 31-50, Mai./Ago. 2021

## Referências

- ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDRADE, M. P. de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro. *Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - Interterritórios*, v. 4, n. 6, p. 76-92, Caruaru, 2018. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <file:///C:/Users/ROSINE~1/AppData/Local/Temp/236738-115607-1-PB.pdf>
- BATISTA, W. V. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*, 2016, 279f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25958>
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, n. 1, v. 31, p. 99-127, jan/abr, 2016. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, F. *Pele negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FONSECA, M. V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Editorial, v. 7, n. 1, p. 11-50, jan./abr., 2007. Acesso em : 07 de setembro. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38616/20147>
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez. Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, mar., 2008. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>
- HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 3, n. 2, p. 31-50, Mai./Ago. 2021

Onde está Maria Beatriz Nascimento na história da Educação? Algumas reflexões sobre apagamentos e direito à memória

HOOKS, b. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>

KILOMBA, G.. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018

MOORE, C. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. Copyright 2007 @ Carlos Moore Wedderburn, 2007. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>

NASCIMENTO, M. B. *Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias atuais da destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, A. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, L. de ; CAUDAU V. M. F. Pedagogia Decolonial E Educação Antirracista E Intercultural No Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 16-40, 2010. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>

PINN, M. L. de G.. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. *Revista Aedos*, Por Alegre, v. 11, n. 25, p. 140-156, dez, 2019. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <file:///C:/Users/ROSINE~1/AppData/Local/Temp/96888-417612-1-PB.pdf>

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, A. L. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 1-27, 2018. . Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230067.pdf>

SILVA, A. L. Escritores da liberdade: autobiografias de escravos, impressos e História da Educação. *Educação em Foco*, ano 19, n. 28, p. 103-132, maio/ago, 2016. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em:

Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 3, n. 2, p. 31-50, Mai./Ago. 2021

[https://www.academia.edu/32218786/Escretores\\_da\\_liberdade\\_autobiografias\\_de\\_escravos\\_impessos\\_e\\_Hist%C3%B3ria\\_da\\_Educa%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/32218786/Escretores_da_liberdade_autobiografias_de_escravos_impessos_e_Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o)

VIANA, I. da S.; NETO, A. R.; GOMES, F. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 155-177, 2019. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142019000200155&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142019000200155&script=sci_arttext&tlng=pt)

RECEBIDO: 06/04/2021  
APROVADO: 03/05/ 2021

RECEIVED: 06/04/2021  
APPROVED: 03/05/ 2021

RECIBIDO: 06/04/ 2021  
APROBADO: 03/05/2021